ATA Nº 55/2007

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

Aos 9 (nove) dias do mês de agosto de 2007, com início às 18 horas, realizou-se mais uma sessão ordinária do Poder Legislativo do Município de Pato Branco, Sessão Legislativa do ano de 2007, contando com a presença e participação dos vereadores: Aldir Vendruscolo - DEM, Cilmar Francisco Pastorello - PR, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Osmar Braun Sobrinho - PV, Valmir Tasca - DEM e Volmir Sabbi - PT. Havendo quorum legal, sob a presidência do vereador Valmir Tasca, foi aberta a sessão com a leitura de um trecho bíblico feita pelo vereador Guilherme Sebastião Silverio - PMDB. Na seqüência, o 1º Secretário, fez a leitura da ata da sessão ordinária nº 54/2007, de 6 de agosto de 2007, a qual foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. Ausente o vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB. Dando continuidade, passou-se à leitura das correspondências recebidas. Ofício datado de 7 de agosto de 2007, assinado pelo senhor Valdir Perusso, sócio-gerente da Planta Floricultura; ofício nº 38/2007, datado de 20 de junho de 2007, assinado pelo senhor Humberton Viana, Presidente da Acamsop-M/14 - Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 14, encaminhando prestação de contas dos meses de janeiro a abril de 2007; ofício nº 316/2007, datado de 2 de agosto de 2007, assinado pelo senhor Normélio Bonatto, Chefe Chefe Regional do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, em resposta ao ofício nº 443/2007, datado de 13 de julho de 2007, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo - DEM, Cilmar Francisco Pastorello - PR, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, Osmar Braun Sobrinho - PV, Valmir Tasca - DEM e Volmir Sabbi - PT; ofício nº 710/2007, datado de 19 de julho de 2007, assinado pelo Senador Flávio Arns, em resposta ao ofício nº 116/2007, datado de 23 de março de 2007, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo - PFL, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Osmar Braun Sobrinho - PV, Valmir Tasca - PFL e Volmir Sabbi - PT. Notificações de recebimento de recursos federais, enviadas pelo Secretário Municipal de Finanças, Mauro José Sbarain, nos dias 30 e 31 de julho e 1º e 2 de agosto de 2007. Convite para participar da Formatura do Proerd - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, no dia 13 de agosto de 2007, às 14 horas e 30 minutos, no Teatro Municipal Naura Rigon. Convite enviado pela Faculdade de Pato Branco - Fadep, para um café da manhã no qual será apresentada a Proposta Pedagógica do curso de Medicina, pelo professor Doutor Fernando Menezes, no dia 14 de agosto de 2007, às 8 horas, no Bauhaus Restaurante. Convite enviado pela senhora Luciane Favin, Chefe do Escritório Regional de Pato Branco da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, para participar do Seminário de Integração das Políticas de Trabalho e Renda,

Rua Ararigbóia, 491 - Fone: (46) 3224-2243 - 85505-030 - Pato Branco - Paraná

no dia 14 de agosto de 2007, às 8 horas e 30 minutos, em Francisco Beltrão. Convite para participar da formatura do Curso de Formação Inicial de Agentes Comunitários de Saúde, no dia 10 de agosto de 2007, às 19 horas e 30 minutos, na Sede Social do Grêmio Industrial Pato-branquense. Convite enviado pelo presidente da Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas do Sudoeste do Paraná - Arias, senhor Elias Benato, para participar do evento em comemoração ao Dia Nacional do Campo Limpo 2007, no dia 17 de agosto de 2007, com início às 8 horas, no Centro de Recebimento de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas (Linha Vila Lobos - Zona Rural Francisco Beltrão, próximo à Casa Familiar Rural). Em seguida, foram lidas e deferidas as proposições dos senhores vereadores. Do vereador Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando informar esta Casa de Leis quanto a Prefeitura arrecadou com taxas de aluguel do teatro de 1º de janeiro de 2005 até a presente data, valores estes separados por ano. Informar também qual foi o valor investido - por ano - na estrutura do prédio e equipamentos para o teatro. Do vereador Osmar Braun Sobrinho - PV, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Senhor André Guarienti de Almeida, Presidente do Fórum de Desenvolvimento de Pato Branco (Rua Tocantins, 1991, 3º andar, sala 17, Edifício São Francisco, Pato Branco, Paraná); ao Senhor Frederico Vanetti de Araújo, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco - ACEPB (Rua Xavantes, 315, Pato Branco, Paraná); ao Senhor Neuri Nilo Garbin, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Pato Branco - Sindicomércio (Rua Nereu Ramos, 524, Cep 85501-370, Pato Branco, Paraná), sugerindo que desenvolvam ações no sentido de conscientizar e informar os seus membros/sócios para que se faça cumprir a lei nº 1.404, de 6 de dezembro de 1995, que disciplina a coleta de lixo urbano no Município de Pato Branco, com alterações dadas pela lei nº 2.799, de 12 de julho de 2007, de autoria do vereador signatário, que obriga a separação do lixo orgânico, cujo destino é o aterro sanitário, bem como, do lixo seco que deve ser conduzido pela Prefeitura Municipal para reciclagem e reutilização, no Centro de Triagem do Município. Do vereador Aldir Vendruscolo - DEM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Secretário Municipal de Saúde, Flávio Angelo Ceni, solicitando informar esta Casa de Leis quais os critérios utilizados para determinar se as cirurgias de Adenóide são realizadas em Pato Branco ou são encaminhadas para Curitiba. Segundo informações dos usuários do Sistema Único de Saúde, algumas mães reclamam porque seus filhos são encaminhados para Curitiba para fazer referida cirurgia, enquanto outros pacientes podem fazer o mesmo procedimento junto ao Sistema de Saúde de nossa cidade. Do vereador Aldir Vendruscolo - DEM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, indicando ao mesmo para que seja aditada à Lei nº 2811, de 19 de julho de 2007, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e

Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco no exercício de 2008, meta projeto para aquisição de prótese auditiva no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Tal providência se faz necessária em função do município de Pato Branco ter sido descredenciado do Ceaf - Centro Especializado de Audição e Fala, sendo que os munícipes têm que se deslocar ao vizinho município de Francisco Beltrão para efetuar referido atendimento. Do vereador Aldir Vendruscolo - DEM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Secretário Municipal de Saúde, Flávio Angelo Ceni, solicitando informar esta Casa de Leis se o Município de Pato Branco mantém convênio para realizar gratuitamente exames de Colonoscopia. A solicitação se faz tendo por base a grande incidência de casos de câncer de Cólon, conforme relatou o Doutor João Antonio Schemberk Junior, que participou da sessão ordinária do dia 7 de maio de 2007, convidado pelos vereadores Cilmar Francisco Pastorello - PR, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Nelson Bertani - PDT e Volmir Sabbi - PT, para falar sobre a "Semana de prevenção de doenças do aparelho digestivo". Em seu depoimento disse o Doutor que o Paraná é o quarto estado brasileiro com maior incidência de câncer e o segundo se tratando do câncer do aparelho digestivo. Temos informações também que a Assims - Associação Intermunicipal de Saúde, segundo Odete Pegoraro Rosa, investe cerca de dez mil reais por mês oferecendo gratuitamente para os municípios consorciados o exame de Colonoscopia. Diante de tais considerações e por ser a Colonoscopia um exame preventivo, entendemos que é dever do município realizar referido procedimento gratuitamente, sendo este o motivo da nossa solicitação. Do vereador Laurindo Cesa - PSDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente, analise a possibilidade de atender ao pedido do Senhor Júlio Wnuk, morador da comunidade de São Miguel, Cachoeirinha, com a construção de um açude, para a criação de peixes destinados ao consumo familiar. Por ser um pequeno proprietário rural, acreditamos que o departamento competente atenderá com presteza e rapidez esta proposição do Legislativo Municipal. Do vereador Laurindo Cesa - PSDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente, providencie, com urgência, a colocação de lâmpadas para iluminação pública no novo trecho da Rua Princesa Isabel entre os bairros Alvorada e Gralha Azul para dar conforto e segurança aos estudantes e moradores daqueles bairros que utilizam aquela rua para se dirigirem aos colégios e residências à noite. Por ser uma solicitação dos moradores dos bairros é de fundamental importância que esta proposição seja atendida o mais rápido possível por parte do Executivo Municipal. Do vereador Laurindo Cesa - PSDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente, providencie com urgência a poda de duas árvores na Rua Itapuã esquina com a Rua Itabira no Centro. Em face das árvores estarem com uma densa ramagem e folhas a noite vedam a

iluminação pública da rua e a entrada da residência ali situada causando intranqüilidade e insegurança aos seus moradores. Dos vereadores Aldir Vendruscolo - DEM, Cilmar Francisco Pastorello - PR, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Osmar Braun Sobrinho - PV, Valmir Tasca - DEM e Volmir Sabbi - PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que analise a possibilidade de fornecer folhas de amianto pressuposto aos Senhores Erpídio Correia, Rosa dos Santos e Ivone Terezinha, moradores do Bairro Alto da Glória. Além dos moradores do Bairro Alto da Glória existem três moradores do Cabo Dito, cinco do Bairro Lago Azul, cinco do Bairro Morumbi, que residem ao lado do córrego e necessitam das folhas de amianto para fazer a cobertura de suas casas. A solicitação se faz baseada no ofício nº 71/2007, de 1º de agosto de 2007, assinado pelo Senhor Claudemir Zanco, presidente da União das Associações de Moradores dos Bairros de Pato Branco, enviado a esta Casa de Leis em 2 de agosto de 2007, conforme cópia anexa. Todas as proposições foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, foram lidos e após leitura baixarão às comissões permanentes para análise e emissão de pareceres, o Projeto de Resolução nº 7/2007, de autoria da Mesa Diretora, composta pelos vereadores Valmir Tasca - DEM (Presidente), Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS (Vice-presidente); Aldir Vendruscolo - DEM (1º Secretário) e Volmir Sabbi - PT (2º Secretário), que referenda Termo de Cooperação Técnica e Financeira 2007/2008, celebrado entre o Município de Pato Branco e a Emater - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Projeto de Resolução nº 8/2007, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo - DEM, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Nelson Bertani - PDT, Valmir Tasca - DEM, que altera a redação do artigo 212 da Resolução nº 08/90, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco. Projeto de Resolução nº 9/2007, de autoria do vereador Aldir Vendruscolo - DEM, que altera a redação do § 3º, do artigo 3º, da Resolução nº 03, de 18 de outubro de 2002, que institui Medalha de Honra ao Mérito Pato-branquense. Dando continuidade aos trabalhos, foi dada a palavra ao senhor Alceu Rech, convidado pelos vereadores Aldir Vendruscolo - DEM, Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB e Nelson Bertani - PDT, através do ofício nº 469/2007, datado de 7 de agosto de 2007, para falar sobre o CEAF - Centro Especializado de Audição e Fala. O convite ao senhor Alceu Rech foi feito pelo seguinte motivo: Pato-branquenses portadores de deficiência auditiva e que necessitam de atendimento de média ou alta complexibilidade precisam se deslocar para Francisco Beltrão ou Cascavel, para obter os serviços. Isso porque o Município de Pato Branco não conta com um Centro de Reabilitação Auditiva credenciado no Ministério da Saúde. Há alguns anos a cidade tinha a empresa Centro Especializado da Audição e Fala (Ceaf), credenciada e executando os atendimentos, porém, problemas nos documentos para o recredenciamento da empresa impediram a continuidade do serviço. A vereadora Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS em conjunto com demais vereadores denunciou o alto número de próteses cedidas nos dois anos em que a Ceaf foi

credenciada. Foram gastos mais de cinco milhões de reais nesse serviço. Segundo a vereadora, não existia teto para a concessão de próteses, porém, por conta desses exageros, hoje existe um limite muito baixo, de 17 (dezessete) próteses por ano, imposto pelo Ministério da Saúde. O chefe da 7ª Regional de Saúde, Valmir Dallacosta, participou de reunião realizada nesta data na sala de reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, onde estavam presentes vereadores e representantes da Secretaria Municipal de Saúde. "Não houve o credenciamento desse serviço, pois a empresa não preencheu os pré-requisitos do Ministério da Saúde, não indicando profissional qualificado e que residisse em Pato Branco. Não poderíamos credenciar novo serviço, porque o Ministério da Saúde permitiu apenas o recredenciamento", explicou. O convidado, ex-secretário de Saúde do Município de Pato Branco, Alceu Rech, relatou o que aconteceu na época. Para ele, o recredenciamento não aconteceu apenas por falta de documentação, mas também pela falta de empenho e determinação do Executivo em buscar o credenciamento. Sobre o montante de gastos realizados pelo Ceaf, ele relatou que as próteses auditivas tinham custos elevados, dependendo o modelo custavam de R$ 1.050,00 a R$ 2.200,00, a demanda era grande e o Ministério da Saúde não impôs limite. "Em 2002, a Assims - Associação Intermunicipal de Saúde, encaminhou a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) um ofício pedindo o credenciamento do serviço, o documento retornou solicitando a documentação necessária, porém, a documentação não foi enviada. No mês de abril ou maio, a Sesa pediu a documentação para a viabilização do serviço no município. Então, através de um grupo de profissionais, viabilizamos o serviço, apresentado a documentação necessária. A partir desse momento, o Ceaf começou a funcionar e atender os pacientes da região", relatou o ex-secretário de saúde, titular da pasta na época do credenciamento da Ceaf. De acordo com ele, no período de recredenciamento houve diversas dificuldades, porque o Ministério da Saúde queria limitar os serviços cadastrados no Paraná. O vereador Nelson Bertani - PDT indagou a Rech sobre sua situação no município. Ele respondeu que está em licença não remunerada. Atualmente, Alceu Rech é Secretário Municipal de Saúde no Município de Tijucas do Sul. Seguindo o questionamento de Bertani, o vereador Volmir Sabbi - PT perguntou se Rech ficou trabalhando no município de Pato Branco e Tijucas do Sul ao mesmo tempo. Ele afirmou não ter conhecimento disso. Sabbi apresentou documentos revelando que o servidor ficou por um período sendo funcionário do município e secretário de saúde de Tijucas do Sul. A vereadora Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS afirmou que todo o processo deve ser investigado. Ela acredita que Rech privilegiou a empresa Ceaf, pois uma das proprietárias era parente de sua esposa. Segundo Márcia, existiu o pedido de credenciamento de outra empresa, mas o processo não teve continuidade. Ela também solicitou o retorno do servidor ao município. "Temos demanda na área de psicologia e inclusive estamos fazendo Concurso Público para Psicólogo, por isso não vejo interesse de Pato Branco em ceder o funcionário Alceu Rech para outro município." O vereador Osmar Braun Sobrinho - PV também se manifestou, pedindo a união de esforços para trazer o

serviço novamente para Pato Branco. O vereador Aldir Vendruscolo - DEM solicitou que seja oficiado ao Ministério da Sáude solicitando informações referentes ao recredenciamento do Município de Pato Branco para atendimento de média ou alta complexibilidade de portadores de deficiência auditiva. Se a documentação exigida foi encaminhada pelo Município de Pato Branco e especialmente informar os motivos que levaram ao não recredenciamento do município. Oficiar também para os deputados federais Assis do Couto - PT, (Gabinete 428 - Anexo IV, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP: 70160-900); Alceni Ângelo Guerra - DEM (Gabinete 528 - Anexo IV, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF); Fernando Lucio Giacobo - PR (Gabinete 762 - Anexo IV, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF); Max Rosenmann - PMDB (Gabinete 728 - Anexo IV, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF) e Nelson Meurer - PP (Gabinete 916 - Anexo IV, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF), solicitando apoio dos mesmos no sentido de viabilizar o recredenciamento do Município de Pato Branco junto ao Ministério da Saúde para atendimento ao deficiente auditivo. O Município de Pato Branco foi o único município enquadrado na Gestão Plena que ficou fora do credenciamento, por razões questionáveis. Portanto, solicita que os deputados procedam uma investigação junto ao Ministério da Saúde a fim de averiguar se houve aplicação correta do programa, tendo em vista que foram gastos R$ 135.357.722,30, no período de novembro de 2001 a maio de 2007, conforme tabela anexa. A investigação é no sentido de saber se essa verba esta compatível se comparada em nível nacional. Oficiar ao Executivo Municipal solicitando o retorno para o Município de Pato Branco do servidor público Alceu Rech, para o cargo de Psicólogo, lotado no Departamento de Apoio, Diagnóstico e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde - Setor de Psicologia, o qual está cedido para o Município de Tijucas do Sul, Santa Catarina. O Município de Pato Branco está carente de profissionais Psicólogos, não justificando a cedência de um servidor para outro município. Prosseguindo os trabalhos, foi dada a palavra às lideranças partidárias. Fizeram uso da palavra, os vereadores Marco Antonio Augusto Pozza, líder do PMDB; Nelson Bertani, líder do PDT; Volmir Sabbi, líder do PT; Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski, líder do PPS; Cilmar Francisco Pastorello, líder do PR e Osmar Braun Sobrinho, líder do PV. A seguir, foi suprimido o intervalo regimental de 5 (cinco) minutos, passando-se imediatamente à apreciação da ordem do dia. Aprovado em segunda votação, votação simples, com 9 (nove) votos a favor, o projeto de lei nº 110/2007, mensagem nº 105/2007, que autoriza a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 3.166,00 (três mil, cento e sessenta e seis mil reais). Aprovado em segunda votação, votação simples, com 9 (nove) votos a favor, o projeto de lei nº 112/2007, mensagem nº 107/2007 (regime de urgência), que autoriza o Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Aprovado em segunda votação, votação nominal, com 10 (dez) votos a favor, o projeto de lei nº 115/2007, mensagem nº 115/2007, que altera a redação do

art. 1º, caput e inciso III do parágrafo único e art. 2º da Lei nº 2.477, de 15 de julho de 2005, que autorizou doação de imóvel à empresa Cooperativa Central Agroindustrial Ltda. - Confepar. Finda ordem do dia, passou-se ao espaço destinado às explicações pessoais. Fizeram uso da palavra os vereadores Aldir Vendruscolo - DEM; Laurindo Cesa - PSDB e Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a sessão. Lavramos a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 9 de agosto de 2007.

Valmir Tasca
Presidente

Aldir Vendruscolo
1º Secretário